



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO

CONTRATO REF.ª N.º 34_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

MUNDI CONSULTING

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTO 5: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C. P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C. P. 87 - Santiago - Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel: (+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax: (+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade de Sal - Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 34_GPENAPOR_2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO & MEDIA TRAINING**

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr. **Eduardo Évora Lima**, solteiro, portador do BI n.º 15586, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 101558643 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar,

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”
e

MUNDISERVIÇOS – COMPANHIA PORTUGUESA DE SERVIÇOS E GESTÃO, LDA. (MUNDI CONSULTING), com sede na Rua José Dias Coelho nº 36B – 1300-329 Lisboa, contribuinte nº 501 967 966, capital social de 99.759,58 Euros (noventa e nove mil, setecentos cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 501 967 966, legitimamente representada pelo Sócio-Gerente, Dr. **Franklin Joaquim das Chagas e Silva**, com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu um procedimento por Ajuste Direto para a formação em Comunicação & Media Training;
- b) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de *Serviços de Formação que visa a formação em Comunicação & Media Training* para o PCA da Enapor que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a
(Objeto)

1. A Segunda Outorgante enquanto Consultora e Formadora para a prestação de *Serviços de Formação que visa a formação em Comunicação & Media Training* para o PCA da Enapor, e pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, obriga-se a executar, para a Primeira Outorgante, os serviços de Formação supra identificados.

1.1. Etapa 1 - Preparação:

- 1.1.1. Reunião inicial para recolha de informação preliminar;
- 1.1.2. Realização do diagnóstico (entrevista com o Gabinete de Comunicação e entrevista com o PCA);
- 1.1.3. Redefinição do plano de formação e validação pelo cliente;
- 1.1.4. Planeamento geral.

1.2. Etapa 2 - Conceção Técnica:

- 1.2.1. Elaboração do Programa e validação;
- 1.2.2. Elaboração dos Planos de Sessão;
- 1.2.3. Desenho dos conteúdos programáticos;
- 1.2.4. Elaboração da documentação de apoio (manual de apoio; apresentação em PPT; exercícios práticos; instrumentos de avaliação);
- 1.2.5. Preparação da logística do curso;
- 1.2.6. Reprodução da documentação;
- 1.2.7. Disponibilização dos dados e informações acesso às plataformas (em caso formação b-learning).

1.3. Etapa 3 - Realização do Curso e Acompanhamento:

- 1.3.1. Realização do curso - Comunicação & Media Training;

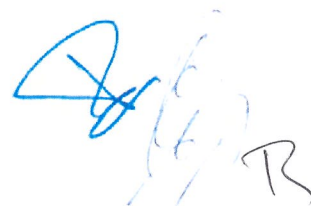
- 1.3.1.1. Conceitos e fundamentos = 10h em modalidade on-line
 - . Entrevista em Estúdio
 - . Discurso, Imprensa
 - . Improviso, Falar em Público
- 1.3.1.2. Programa Media Training = 10H em modalidade presencial
 - . Entrevista em Estúdio
 - . Discurso, Imprensa
 - . Improviso, Falar em Público
- 1.3.2. Acompanhamento e avaliação.
- 1.4. Etapa 4 - Avaliação:
 - 1.4.1. Elaboração do Relatório Final;
 - 1.4.2. Emissão do Certificado de Formação.

Cláusula 2.^a **(Vigência)**

1. O presente contrato entra, em vigor em 09 de agosto 2022, e vigorará pelo período de 120 dias (cento e vinte dias);
2. Qualquer das partes outorgantes poderá denunciar o presente contrato, independentemente de qualquer ordem de motivo, desde que a denúncia revista a forma escrita e seja feita com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias e sem obrigação de indenização ou ainda por mútuo acordo;
3. A falta de aviso prévio estabelecido no número anterior obriga a parte faltosa ao pagamento de uma indenização proporcional, aos dias em falta, calculada em função do valor diário do montante dos honorários mensais nos termos a acordar pelas partes;
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

Cláusula 3.^a **(Preço e Condições de pagamento)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante, o montante global de **4.850,00 €** (quatro mil, oitocentos e cinquenta euros), conforme os termos da proposta adjudicada, e que fazem parte integrantes aos mesmos, sobre os quais serão acrescidos os valores devidos a título de impostos.



2. O preço estabelecido constitui uma única remuneração devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante nos termos deste contrato e compreendem todos os custos e despesas diretos e indiretos relacionados com a execução dos serviços, incluindo, custos referentes aos honorários, e materiais de consumo. O preço ora estabelecido inclui, as despesas de viagem que porventura a Segunda Outorgante irá incorrer.
3. Com a assinatura do presente contrato, a Primeira Outorgante disponibilizará à Segunda Outorgante um adiantamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) do preço global referido no número 1, mediante a emissão da correspondente fatura.
4. O valor remanescente será liquidado à Segunda Outorgante numa única prestação, com a conclusão dos trabalhos de formação e consequente entrega do relatório de avaliação final da formação.
5. Os pagamentos acima referenciados serão efetuados, no prazo de 10 (dez) dias contados da receção da fatura, por meio de transferência bancária.
6. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
7. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras para a parte dos pagamentos considerados, a juros de mora à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30 % (trinta por cento) do preço contratual;
8. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

Cláusula 4.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

Cláusula 5.^a
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o “*know-how*” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente o resultante de estudos de Consultoria, previsto na Cláusula 1.^a, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
3. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.
4. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 6.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
 - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;
 - c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
 - d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;
 - e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
 - f) Responsabilizar-se por qualquer espécie de indemnização pleiteada por seus colaboradores, principalmente no tocante a reclamações laborais e acidentes do trabalho;
 - g) Executar a prestação do serviço de consultoria objeto do presente contrato em conformidade com a sua natureza e possíveis dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
 - h) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - i) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - j) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - k) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação do serviço, quando solicitado.
 - l) Cumprir com o prazo acordado para conclusão dos trabalhos, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.^a do presente contrato;

2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação de serviço objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 8.^a
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os trabalhos de maneira criteriosa, conforme orientações do projeto;
- d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas administrativas e/ou fiscais que incidam ou venham a incidir sobre o processo, independentemente de serem imputáveis à Segunda Outorgante.
- e) A facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do Contrato;
- f) Fornecer à Segunda Outorgante, e, dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do Contrato;
- g) Assegurar que os técnicos da Primeira Outorgante estejam disponíveis para prestar informações necessárias solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato.
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias;

Cláusula 9.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
- 1.1. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.

2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
3. O prazo para o pagamento pela Segunda Outorgante das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar a Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula 10.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 11.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

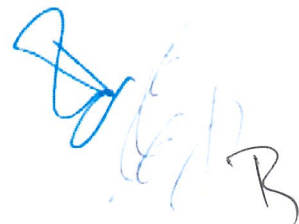
- (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
- (e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
- (f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;
- (g) Incumprimento pela Segunda Outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

Cláusula 12.^a
(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 13.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:



- (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem, contrária à boa-fé, a exigência pela parte pública da manutenção do contrato.
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.

Cláusula 14.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos honorários correspondentes às fases já entregues e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos honorários fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a

(Dever de sigilo)

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.^a, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

Cláusula 16^a
(Disposições Gerais)

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo solidariedade entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, depois da assinatura do presente contrato, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena da sua nulidade.

Cláusula 17^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro tribunal.

**Cláusula 18.^a
(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

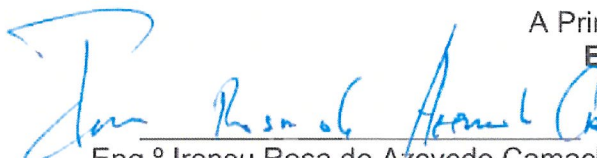
Este Contrato, constituído por 13 (treze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

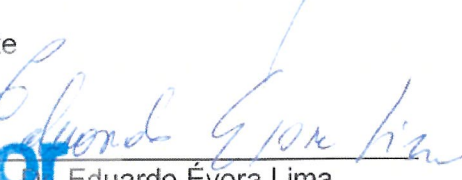
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 09 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

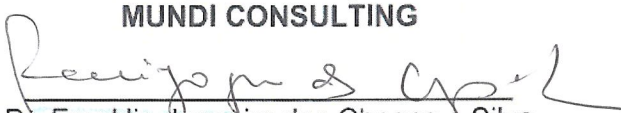
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Eduardo Évora Lima
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

MUNDI CONSULTING


Dr. Franklin Joaquim das Chagas e Silva

Sócio-Gerente


**MUNDI
CONSULTING**

MundiServiços - Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda

Rua José Dias Coelho, 36-B • 1300-328 Lisboa • Portugal

Tel: (+351) 213 617 230 • NIF: 601 967 266

mundiconsulting@mundiconsulting.net

www.mundiconsulting.net